

AMÍLCAR CABRAL E PAN-AFRICANISMO CONTINENTAL: A UNIDADE E A SOLIDARIEDADE AFRICANA NA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU¹

Magnusson da Costa²

RESUMO

Este artigo objetiva-se a explorar a visão pan-africana de Amílcar Cabral e influência de Kwame N'krumah e os ideais de unidade e solidariedade africana no pensamento político e revolucionário de Cabral e como base teórico-político para independência e desenvolvimento da Guiné-Bissau. Isto para reforçar a importância do pan-africanismo na Libertação e Integração da África, e como esta ideologia política foi útil para a independência da Guiné-Bissau. Para isso, será feita uma revisão bibliográfica sobre a perspectiva histórico-político do pan-africanismo continental; análise de alguns discursos (escritos e áudios) e correspondências de Amílcar Cabral, e relatórios de conferências pan-africanas.

Palavras-chave: África - História - Movimentos de autonomia e independência. Cabral, Amílcar Lopes - Crítica e interpretação. Movimento Pan-africano. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

ABSTRACT

This article aims to explore Amílcar Cabral's pan-African view and influence of Kwame N'krumah and the ideals of African unity and solidarity in Cabral's political and revolutionary thinking and as a theoretical-political basis for Guinea-Bissau independence and development. This reinforces the importance of pan-Africanism in the Liberation and Integration of Africa, and how useful this political ideology has been for Guinea-Bissau's independence. For this, a bibliographical review will be made about the historical-political perspective of continental pan-Africanism; analysis of some speeches (writings and audios) and correspondences by Amílcar Cabral, and reports of pan-African conferences.

Keywords: Africa - History - Autonomy and independence movements. African Independence Party of Guinea and Cape Verde. Cabral, Amílcar Lopes - Criticism and interpretation. Pan African movement.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Alves Júnior.

² Licenciando em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira e mestrando em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC.

o que quer o homem africano é ter, e nós citamos, “a sua própria expressão política e social”. É isso, exatamente, o que quer o homem africano de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas nós chamamos a isso independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso que tem direito, como todos os povos do mundo (CABRAL, 1973).

1 INTRODUÇÃO

A história da Guiné-Bissau e Cabo Verde está diretamente relacionada a figura de Amílcar Cabral, considerado como elemento central dessas duas nacionalidades e um dos expoentes máximos da luta contra o colonialismo em África tendo se destacado, através do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. (PAIGC), como porta voz de todos os movimentos de libertação em África³.

Guineense de origem cabo-verdiana, foi um dos fundadores, em 1956, do PAIGC e arquiteto de projeto de Estado Binacional entre Guiné Bissau e Cabo Verde⁴.

Esse processo que culmina com o assassinato de Amílcar Cabral em 1973, começou a ganhar contorno no “Breve Século XX”, definição atribuída ao período pelo historiador Eric Hobsbawm, foi palco de várias revoluções, duas grandes Guerras, embates ideológicos e lutas pela descolonização da África. A segunda metade deste século foi momento da insurgência africana. Após a Segunda Guerra Mundial e em plena disputa ideológico da Guerra Fria, os Estados africanos e parte da Ásia se organizaram em um terceiro bloco, chamado de “não alinhados” e o nascimento do Chamado “Terceiro Mundo”; também chamada de Conferência Afro-asiática, foi um encontro realizado entre os dias 18 e 24 de abril de 1955 por 28 representantes dos governos da Ásia e da África que definiu entre outras coisas, o “não-alinhamento” dos povos colonizados destes dois continentes a nenhum dos dois blocos em

³ Para a compreensão do papel histórico de Amílcar Cabral, ver: Villen, 2013; Soares, 2014; Tomas, 2007.

⁴ A documentação utilizada está disponível no Arquivo Amílcar Cabral no portal “Casa Comum” da Fundação Mário Soares; estes catálogos recuperam parte substancial da condição histórica, social e política da Guiné-Bissau e as ex-colônias portuguesas em África. Destes mais de mil arquivos relacionados a Amílcar Cabral, analisaremos o discurso de Cabral na Terceira Conferência dos povos africanos, o relatório da Segunda Conferência dos povos africanos sobre a situação colônias portuguesas e o seu último discurso em áudio transmitido pela “Rádio Libertação” de tutela do PAIGC em Guiné-Conakry alusivo a comemoração do ano novo, em Janeiro de 1973, semanas antes do seu assassinato. Isto para destacar a visão pan-africana de Cabral e o estima que tinha pelo Kwame N’Krumah, a unidade e a solidariedade africana.

disputa na “guerra fria”, “considerada desde então como a certidão de nascimento do Terceiro Mundo⁵

Assim, a segunda metade deste século XX foi um período importante na história africana contemporânea: o surgimento e aperfeiçoamento dos movimentos para as independências. O pensamento como o de Cabral apresentado na epígrafe tornava um mantra comum entre os africanos. De acordo com Benot (1981) embora seja difícil reivindicar algum ponto para início das independências africanas, mas 1945 foi quanto “toda a doutrina política africana repousa por definição, na exigência da independência política”⁶. apesar dos congressos pan-africanos⁷ anteriores serem fundamentais para esta construção, focaremos nossa discussão sobre o Pan-africanismo continental entendida por Drake citado por Harris (2010) como diferente do “pan-africanismo racial, predominante junto aos primeiros partidários do pan-africanismo”, para ele, “o pan-africanismo continental, é pretensão, antes e sobretudo, a realizar a unidade do continente africano”⁸. Este ideal guiou a luta para independência da Guiné-Bissau.

O território hoje conhecido como a Guiné-Bissau⁹ é a desastrosa consequência geográfica, política e econômica da divisão europeia da África, como escreve Uzoigwe (2010), até agora os historiadores não têm a dimensão deste desastre, tanto para colonizadores quer para colonizados, assim, torna-se cada vez mais imprescindível buscar explicação neste período para a compreensão dos problemas atuais do continente, para ele,

A importância dessa fase histórica, no entanto, vai muito além da guerra e das transformações que a caracterizaram. No passado, impérios ergueram -se e desmoronaram, conquistas e usurpações também são tão antigas como a própria história, e, desde há muito, diversos modelos de administração e de integração coloniais têm sido experimentados. A África foi o último continente subjugado pela Europa. O que há de notável nesse período é, do ponto de vista europeu, a rapidez e a facilidade relativa com que, mediante um esforço coordenado, as nações ocidentais

⁵ M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, t. II. p. 576.

⁶ BENOT, Yves. Ideologias e “intelligentsia”. In: **Ideologias das independências africanas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 89.

⁷ Os quatro congressos pan-africanos anteriores foram organizados em: 1919 (Paris), 1921 (Londres), 1923 (Lisboa) e 1927 (Nova York).

⁸ HARRIS, Joseph E. & ZEGHIDOUR, Slimane. O pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935. In: **História Geral Da África, VIII: África Desde 1935**. Brasília: UNESCO 2010. p. 848-872. p. 863.

⁹ Depois da conferência de Berlim (1884-1885), iniciou-se uma corrida para ocupação efetiva do continente africano pelas potências europeias, o território hoje chamado de Guiné-Bissau era parte do império do Mali e depois da região da Senegâmbia, que com a ocupação colonial portuguesa passou a ser chamada por estes de Guiné Portuguesa. A Guiné-Bissau é hoje um país da Costa Ocidental do continente africano com 36.125 Km², limitada ao Norte pelo Senegal à Leste e Sul pela Guiné Conakry e banhada ao Oeste pelo Oceano Atlântico com uma população de cerca de 1,6 milhões de pessoas (censo 2010); a economia da Guiné-Bissau é baseada na agricultura, pesca e castanha de caju. A pesca e a castanha de caju são grandes pesos no PIB do país.

ocuparam e submeteram um continente assim tão vasto. É um fato sem precedentes na história¹⁰.

A Guiné, então chamada de portuguesa, igualmente como outras regiões sob domínio francês e português, de acordo com Coquery-Vidrovitch (2010)¹¹, foi integrada “ao sistema capitalista ocidental, no contexto de um sistema econômico coerente de exploração colonial”, e no caso particular das colônias portuguesas, segundo a autora, dependiam de uma metrópole “subdesenvolvido” que não tinha condições suficientes para “financiar a exportação” (p. 403-404). De acordo com Anderson (1966), Guiné-Bissau foi o primeiro território (em 1446 quando o navegador Nuno Tristão adentrou as margens do Rio Geba) que os portugueses puseram o pé em África e onde menos penetraram ao seu interior, “era a órfã do Império africano de Portugal” e a “menos colonizada e a mais menosprezada” das colônias portuguesa em África¹².

Posto isto, este artigo tem como objetivo evidenciar a influência dos ideais do pan-africanismo - aquela defendida por Kwame N’krumah na segunda metade do século XX -, no pensamento político e revolucionário de Amílcar Cabral e como base teórico-político para independência e desenvolvimento da Guiné-Bissau. Isto para reforçar a importância do pan-africanismo na Libertação e Integração da África e a diáspora, e como esta ideologia política foi útil para a independência da Guiné-Bissau. Como guineense, muitas vezes fomos educados a reconhecer somente o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde) como única força política responsável pela libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial e, de certa forma, minimizamos os apoios e influências ideológicas e políticas de outras forças políticas e personalidades individuais no continente e no exterior – como é o caso de Kwame N’Krumah e o pan-africanismo – neste processo.

A contemporaneidade e seus fenômenos políticos, nesse artigo particularmente aqueles que dizem respeito a formação de estados no processo de luta pela emancipação no continente africano, ainda reverbera nas condições de vida da população local. Período relativamente próximo, pois tratamos de uma historicidade de pouco mais de 50 anos, envolve processos caros e problemáticos a historiografia: a História do tempo presente e História Política.

¹⁰ UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50 (História geral da África, VII). p.21

¹¹ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914 -1935). In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 401-483 (História geral da África, VII).

¹² ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 124-125.

O debate sobre a “História do tempo presente” tem os rastros muito antigos, como fala Dosse (2012) “se mergulharmos nos momentos de emergência da disciplina histórica, na Antiguidade, constatamos que esta abordagem já tem o peso de uma longa tradição”, referindo aos gregos Tucídides e Heródoto. Dosse defende que a História do tempo presente reside “na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado”¹³. Enfatiza que alguns historiadores “preferem utilizar a noção de história imediata, como é o caso de Jean-François Soule”¹⁴, que significa basicamente a mesma coisa, mas por questões estilísticas será mais usada neste trabalho.

A história imediata e política a ser analisada neste trabalho é aquela compreendida por Pierre Rosanvallon (1996) como uma “abordagem compreensiva que busca apreender a história em sua gestação, enquanto ela é uma possibilidade de vir a ser, antes que ela seja estabelecida em seu estatuto passivo de necessidade”¹⁵, consideramos este exercício analítico (embora esteja temporalmente na segunda metade do século XX) de “História do tempo presente” ou “História imediata” pois historicamente é um período ainda recente e a construção historiográfica da Guiné-Bissau ainda em andamento.

A partir da particularidade sócio histórica do continente africano o pan-africanismo foi o movimento ideológico responsável pela construção do nacionalismo e para a composição de importantes organizações políticas e econômicas¹⁶. Ideologia que tem como base a libertação e a integração de africanos e seus descendentes na diáspora, teve em Kwame N’Krumah, um de seus principais líderes durante a segunda metade do século XX.

O estadista ganês foi precursor dos ideais de unidade africana, de libertação total do continente e um dos pais do nacionalismo africano. Primeiro presidente do Gana (pioneiro país da África subsaariana a conquistar a independência em 1957) teve, juntamente com George Padmore, uma atuação determinante como organizador do V Congresso Pan-Africano, realizado na cidade de Manchester em 1945.

¹³ DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012. p. 6

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). **História**, v. 15, p. 27-39, 1996.

¹⁶ PAIM, Márcio Luís. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. Revista TEL, Irati, v. 7, n.1, p. 207-229, jan. /jun. 2016. & BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. África, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

Segundo Muryatan Barbosa¹⁷, o pan-africanismo “foi construído ao longo do século XX, como um tipo de percepção intelectual e política que fundamentava uma visão unitária da África e da população negra (africana ou afrodescendente)”. No que diz respeito a sua posição sobre a necessidade de unificação dos países africanos em torno de uma política econômica comum, Asante e Chanaiwa (2010) afirmam que Kwame N’Krumah preconizava:

criação de um mercado comum pan-africano. Aos seus olhos, unidade e mercado comum constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente era o campeão neste aspecto, defendendo com ardor e paixão indomável a unidade africana e a dos Estados independentes associados no seio da união¹⁸.

N’Krumah foi inspiração para outros líderes dos diversos processos de independências africanas que se desencadearam a partir da segunda metade do século XX: Amílcar Cabral na Guiné-Bissau, Patrice Lumumba no Congo, Modibo Keita no Mali, Sékou Touré na Guiné, entre outros.

Os anos 50 e 60 marcam um momento histórico de recrudescimento dos processos de independência dos países africanos, assim como foram períodos profícuos para o surgimento de associações internacionais voltadas para o desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo. Como fala, Ki-zerbo e Mazrui (2010), a conferência de Manchester foi um marco importante para aproximação do Pan-africanismo efetivamente com o continente africano, e assim assumir uma nova roupagem, de acordo com estes pesquisadores, “foi somente após a conquista da independência em Gana, no ano de 1957, que o pan-africanismo, como movimento e do ponto de vista operacional, foi transferido das Américas e da Europa para o próprio continente africano”¹⁹ com a organização de duas conferências em 1958 em Acra, Capital do Gana.

É esta fase do pan-africanismo que será objeto da nossa análise. O chamado pan-africanismo continental. Aquela entendida por Asante e Chanaiwa (2010) como a “idade de ouro do pan-africanismo na qualidade de movimento de descolonização política”²⁰, ou como

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração regional. História geral da África, VIII: África desde, 1935. Brasília: UNESCO 2010 p. 873-896.

¹⁹ KI-ZERBO, Joseph et all. Construção da nação e evolução dos valores políticos. História Geral Da África, VIII: África Desde 1935. Brasília: UNESCO 2010, p.565-602. p. 586.

²⁰ Ibidem. p. 893.

“pan-africanismo independentista” como chama Scherer (2016); ressalta que o pan-africanismo não

deve ser entendido como um bloco monolítico único, pois passou por diversas fases, sendo que cada uma delas serviu para o acúmulo de formulações que levaram ao seu desenvolvimento, cada etapa incorporando elementos das anteriores, sem negar por completo suas formulações precedentes, mas ampliando-as. De modo geral, pode-se delimitar a primeira geração de pan-africanistas por volta de 1900, quando Henry Sylvester Williams propunha a defesa dos negros de todo o mundo sujeitos às diferentes formas de exploração. O segundo momento, em 1920, quando W. E. B. Du Bois procurou articular os negros com o objetivo de obter igualdade de direitos. A terceira geração nos anos 1940, no bojo do Quinto Congresso Pan-Africano, tem como tese central a independência dos povos africanos, destacam-se George Padmore e Nkrumah, sendo que este último iria dar ares a uma nova variante nos anos 1960. E a quarta geração, “que apostaria na unidade dos Estados do continente africano para lutar contra o neocolonialismo e construir o socialismo africano”²¹.

Para compreensão do que foi esta fase do pan-africanismo, o pensamento e a estratégia política de Amílcar Cabral serão nosso objeto de análise neste artigo. Este revolucionário africano foi líder da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde dois países pequenos na costa ocidental da África e antigas ex-colônias de Portugal.

Entendido por Cabral como o “ano africano”, 1960 foi o ano da independência de 17 países africanos, 14 ex-colônias francesas, a natureza destas independências foi considerada por ele como um fracasso e um erro, que deve ser analisado para reforçar ainda mais o caráter africano deste ano. Cabral entende que esta foi uma “independência nominal” e estes povos “foram submetidos a uma nova forma do colonialismo” e que não são “realmente independentes” como o “heroico povo da Argélia que fez a história marchar mais depressa”, dando assim, respaldo àquilo que Yves Benot (1981) chama de “Ideologias das independências Africanas” do qual discutiremos logo adiante.

Os embates ideológicos sobre as vias e os procedimentos para independências e relação com os ex-colonizadores dividiu em dois grupos as perspectivas para independência e unidade africana: o grupo de Casablanca e o grupo de Monróvia. O primeiro grupo chamado de “progressistas” – de Kwame N’krumah, Sekou Turé, entre outros, dos quais Amílcar Cabral era simpatizante – de acordo com M’Bokolo (2011) defendiam a “unidade de aspirações e de ação do ponto de vista da solidariedade africana e da identidade africana”; e o segundo grupo tido

²¹ SCHERER. Mathias Inácio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair de (Org.). O pensamento africano no século XX. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 146.

como de “moderados” que a “sua concepção de unidade africana deferia radicalmente da dos Estados do ‘grupo de Casablanca’”²².

O ponto mais alto desta divergência ideológica foi o problema do Congo e o caso de Patrice Lumumba, “o grupo de Monróvia confiava à ONU, e não aos próprios Estados africanos, o encargo de encontrar uma solução para os problemas do Congo (Kinshasa)”²³; sobre isso, Cabral fala o seguinte:

Lutas intestinas marcaram a existência de alguns povos africanos e criam obstáculos à indispensável unidade nacional. A prática da solidariedade africana foi caracterizada algumas vezes pela falta de iniciativa e por uma certa hesitação e mesmo improvisação, que nossos inimigos têm sabido explorar a seu favor. Tivemos e temos o mais consequente, mas certamente o mais dramático dos fracassos e erros – o caso do Congo, cuja síntese trágica é o assassinato de PATRICE LUMUMBA²⁴. Na realidade, estes fracassos e erros nos ensinaram coisas muito importantes. Hoje, conhecemos melhor, quer os nossos amigos, quer a natureza, as forças e as formas de ação dos nossos inimigos, assim como a eficácia ou a ineficácia dos meios de acção de que podemos dispor. Sabemos qual é a capacidade da ONU e quais as funções do seu Secretário Geral; e, não menos importante que tudo isto, conhecemos agora a nossa própria natureza. Pode-se dizer que o ano de 1960, ou melhor, o caso de Congo deu ao africano as dimensões humanas²⁵.

Ressaltando que “a maioria dos Estados do ‘grupo de Monróvia’ era formada pelas doze antigas colônias francesas que se haviam reunido em Brazzaville em dezembro de 1960”²⁶ que Cabral entendia suas independências como um “fracasso e um erro” e ainda chama atenção de que,

Os nossos inimigos estão firmemente decididos a vibrar-nos golpes mortais e a transformar as nossas vitórias em fracassos. Para atingir este fim, eles sabem utilizar o instrumento mais propício: os traidores africanos. É esta mais uma verdade tornada evidente pela nossa luta. Apesar das forças armadas, os imperialistas não podem dispensar os traidores. Chefes tradicionais e bandidos durante a escravatura e as guerras de conquista colonial; cipaios, diversos agentes e soldados mercenários durante o período de ouro do colonialismo; os chamados de chefe de Estado e ministros na época do neo-colonialismo. Os inimigos dos povos africanos são poderosos e astuciosos, e podem sempre dispor de lacaios fiéis entre nós porque os Quislings não são um privilégio da Europa²⁷

²² Idem, p. 633.

²³ Ibidem, p. 633.

²⁴ (1961-1961), "Discurso proferido por Amílcar Cabral na III Conferência dos Povos Africanos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39903. Acessado em: 23 de ago. 2019

²⁵ Ibidem.

²⁶ (M'BOKOLO, 2011, p.633)

²⁷ Ibidem.

Cabral tinha uma preocupação e era um entusiasta da ideia de unidade e solidariedade africana, isto era evidente quando pautava a luta pela independência de dois países e com a base militar e política do PAIGC num país membro do já mencionado “grupo de Casablanca” e não em Senegal outro país vizinho da Guiné-Bissau que era membro do outro grupo. A Guiné Conakry de Sekou Turé amigo de Kwame N’krumah foi a pioneira entre as colônias francesas a conquistar sua independência e foi a única a romper com toda a ligação com o colonizador, e base militar do PAIGC. Os dois presidentes (N’krumah e Turé) foram responsáveis pelo embrião da União Africana com a criação em 1959 da “União Gana-Guiné”, alicerce para “União dos Estados Independentes da África” com a finalidade de unir “Estados ou Federações que conservarão a sua individualidade e as suas estruturas, mas que decidirão em comum as cessões de soberania a assumir em favor da União”²⁸

A estima e reconhecimento de Cabral pelo Kwame N’krumah e ao projeto de unidade africana foi manifestado muitas vezes por ele, por exemplo, quando no seu discurso na qualidade de Secretário Geral do PAI (Partido Africano para Independência) e representante do MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde) – antecessores do PAIGC -, na Conferência de Accra em junho de 1961, quando dirige-se a N’krumah como “irmão”; começa o discurso²⁹ reforçando que em nome dos povos da “Guiné Portuguesa” e as Ilhas de Cabo Verde “saudamos e agradecemos em especial ao nosso ilustre irmão Osagyefo Kwame N’krumah por seu trabalho incansável a serviço da libertação total e da verdadeira unidade da África³⁰” e atenção aqui para as palavras “verdadeira unidade” que é aquela perspectivada pelo “grupo de Casablanca”.

A unidade e a solidariedade africana foi também expressada na Resolução do II Congresso dos povos Africanos em Tunis em janeiro de 1960 sobre as colônias portuguesas, destaque para o segundo ponto da resolução que “reafirma o direito das populações das colônias portuguesas a independência nacional e determina que Estados Africanos independentes e todos os Povos de África devem dar a estas populações um apoio incondicional”, esta resolução também: condena a política colonial portuguesa; exige a libertação imediata dos prisioneiros políticos; apela às organizações presentes na conferência a organizarem uma jornada de

²⁸ (M’BOKOLO; 2011, p.632).

²⁹ (1961), "Discurso proferido por Amílcar Cabral na Conferência de Accra", Accra, CasaComum.org, Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39904. Acessado em 23 de ago. 2019.

³⁰ “Nous Saluons et remercions en particulier notre frère distingue Osagyefo Kwame N’krumah pour son travail inlassable au servisse de la libération totale et l’unité réelle de l’Afrique” Tradução nossa.

solidariedade em favor dos territórios ocupados por Portugal; e apela as Nações Unidas uma atenção para as independência das colônias portuguesas³¹.

Todas estas conferências, os discursos e as suas resoluções tiveram importantes efeitos na personalidade revolucionária de Cabral e conseqüente na independência da Guiné-Bissau – a primeira colônia portuguesa a conquistar sua independência -, quer na mobilização diplomática e política quer nos apoios matéris, logísticos e militares, isto será evidente na fonte que analisaremos a seguir, como retrospectiva da Luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Naquilo que veio a ser seu último discurso³² transmitido pela Rádio Libertação em Conakry em 2 de janeiro de 1973 para saudações do novo ano, semanas antes do seu assassinato, Cabral começa chamando atenção dos militantes do partido para uma ação não somente de intensificação dos ataques contra os colonialista, mas também fez uma fala que pode ser entendida como uma anúncia da vitória.

Fala em ações que possam impedir os colonialistas de “reconquistar a nossa terra”, ou seja, os portugueses já não tinham mais controle sobre o território nacional, e Cabral fala já em um “golpe fatal”. define aquele momento e aquele ano novo como uma ocasião em que “os seres humanos são os que querem a paz, a liberdade e a felicidade para todos os homens, renovam as esperanças e a certeza de uma vida melhor para a humanidade, e na dignidade, na independência e no progresso verdadeiro de todos os povos”, características que segundo ele, os colonialistas portugueses não dispunham, e explicará mais a frente porquê.

A seguir, fala de projetos para a proclamação da independência e efetivação dos Estados de Guiné-Bissau e Cabo Verde, em eleições realizadas para a criação de Conselhos regionais da primeira Assembleia Nacional Popular. Descreve as impressões das eleições como sendo um processo democrático em que houve uma efetiva participação do povo, ou seja, a Guiné teve a primeira eleição legislativa em 1972? Já existia um sistema político democrático na Guiné-Bissau antes da independência? Sobre este sistema, Cabral explica o seguinte,

Os eleitores votaram em massa pelas listas que haviam sido elaboradas, depois de oito meses de debates públicos e democráticos, em que foram selecionados os representantes de cada setor. Reunidos os conselhos regionais de eleitores, estes elegeram, por sua vez, entre os seus membros, os representantes da assembleia geral

³¹ (1960-1960), "Resolução da II Conferência dos Povos Africanos sobre as colónias portuguesas", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39905. Acessado em 24 de ago. 2019.

³² CABRAL, Amílcar. Discurso de ano novo. 1973. (31m15s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqt9dk&t=2s> Acessado em: 26 de ago. de 2019.

popular. Esta terá 120 membros, dos quais 80 foram eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros do partido³³.

Assim, estabelecido mais um órgão de soberania depois da FARP (Forças Armadas Revolucionária do Povo), a Assembleia Nacional Popular, segundo Cabral, terá uma característica de acordo com a constituição que estavam a elaborar de “um órgão supremo da soberania do nosso povo na Guiné”, e que num futuro breve criarão um órgão com característica igual em Cabo Verde, e estes dois órgãos se reunirão e formarão “assembleia suprema do povo da Guiné e Cabo Verde” uma das estruturas do seu projeto binacional que não se concretizou.

A intelectualidade de Cabral estava à frente do seu tempo, as discussões de gêneros e de termos politicamente corretos que alguns tentam ignorar ainda hoje, já faziam parte do seu pensamento e dicionário, isso pode ser percebido no tratamento que faz entre homens e mulheres, por exemplo quando dirige saudações “a todos os eleitores e eleitoras, que, como mulheres e homens conscientes, souberam cumprir tão dignamente os seus deveres de cidadão livres da nossa nação africana” e ainda, citado por Patrícia Gomes, Cabral fala “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (...). A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”³⁴.

E ainda no início de 1973 parece que o PAIGC já tinha tudo garantido e preparado para a proclamação da independência e já em efetivação de meios logísticos e de representação para este magnífico feito e a assembleia nacional popular é a principal órgão para esta efetivação a ela cabia a primeira missão que, segundo Cabral, seria de “afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a marchar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses”, e assim se concretizou em 24 de setembro do mesmo ano a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau nas matas de Colinas de Boé sem o “consentimento dos colonialistas portugueses”, pois, de acordo com Silva e Santos (2014) meses depois da morte de Cabral o PAIGC intensificou os ataques contra as tropas portuguesas e,

Ora no mês de maio, o PAIGC lança duas ofensivas, logicamente encadeadas: o cerco a Guidage, no Norte, e um ataque destruidor a Guileje, no Sul. Os relatos do cerco de Guidage encerram alguns parágrafos da melhor literatura de guerra, o então capitão Salgueiro Maia escreveu um relato pungente, inultrapassável³⁵.

³³ Ibidem.

³⁴ GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, ano 1, n. 1, p. 121 -145, 2016. p. 126.

³⁵ SANTOS, Mário Beja & SILVA, Francisco Henriques. Do início da luta armada à independência. In: **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. Porto: Fronteira do Caos, 2014, p. 131.

Esta proclamação unilateral da independência sem consentimento dos colonialistas portugueses será justificada internacionalmente, segundo Cabral, como “de um país que dispõe do seu Estado que tem uma parte do seu território nacional ocupada por forças armadas estrangeiras” e esta posição tem, segundo ele, “apoio de todos os países e governos africanos e de todas as forças anticolonialistas e antirracistas do mundo” e vai ainda a fundo justificando que isto está alicerçada “nos princípios da Carta das Nações Unidas e às resoluções adotadas por essa organização internacional, nomeadamente na sua vigésima sétima seção”.

Esta posição quebra todas as justificativas de estabelecer o ano de 1974 como o ano da independência da Guiné-Bissau com o reconhecimento de Portugal, pois, este reconhecimento não é relevante para o PAIGC que na altura já tinha consolidado toda sua força política nacional e estabelecido sua imagem na comunidade internacional, o reconhecimento era mais vantajoso para Portugal do que para a Guiné-Bissau.

Contudo, chama atenção dos camaradas de que não podem esquecer nem por um momento de que estão em guerra “os colonialistas fascistas portugueses alimentam ainda com o sacrifício e a miséria do seu povo” e a todo momento vão tentara a “vã esperança de destruir o nosso partido, aniquilar a nossa luta e recolonizar o nosso povo” e o ano 1973 era decisivo para findar a guerra que já durava dez anos. Cabral também fala das vitórias do ano findo (1972) que Silva e Santos (2014) lembram como o ano “em que Cabral passa muito tempo no estrangeiro, está no auge do prestígio, não lhe regateiam provas de admiração e consideração”³⁶.

Na fala de Cabral, o mais recorrente é ele falar num país e Estado já constituído e que foi ocupado, e que precisava se libertar desta força estrangeira, a nacionalidade guineense já existia na visão de Cabral, não como uma construção posterior a independência. Isso ajuda a resolver a fuga de cair no anacronismo de usar o termo guineense antes da independência?

Posiciona enquanto líder destas duas nacionalidades e dirige uma mensagem à “caboverdianos e guineenses residentes em Portugal a fim de que se unam cada dia mais e se organizem para, juntamente com todos os trabalhadores forçados e seus afins de Cabo Verde, desenvolver a sua ação patriótica ao serviço do partido, do nosso povo e da África” afim de estar atentos a desencadear ações como ele e os outros que estudaram em Portugal fizeram; aguardar o “momento oportuno darem os golpes devidos ao inimigo, fazendo, assim, voltar-se o feitiço contra o feiticeiro”.

Ainda sobre os êxitos conquistados em 1972, Cabral ressalta que,

³⁶ Ibidem, p.138.

a visita, doravante histórica, da missão especial das Nações Unidas às regiões libertadas da nossa terra, a qual trouxe consequências importantes para o prestígio não só do nosso partido e da nossa luta, mas para todos os movimentos de libertação em África. [...] A resolução do Comitê de Descolonização da ONU, na sua seção 2.072, pela qual o nosso partido foi reconhecido por aclamação como único, verdadeiro e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde. As resoluções das assembleias gerais das Nações Unidas que, entre outras decisões importantes, confirma o reconhecimento do nosso partido como único e legítimo representante do nosso povo africano e pedem todos os Estados, governos, organizações nacionais e internacionais e os órgãos especiais da ONU para reforçarem a sua ajuda ao nosso partido e para tratarem sempre com ele – só com ele – todos os problemas relativos ao povo da Guiné e Cabo Verde. A resolução histórica do Conselho de Segurança, pela primeira vez sob a presidência de uma mulher, a nossa irmã e camarada guineense, Jeanne-Martin Cissé, adotou por unanimidade uma resolução que condena o colonialismo português e exige do governo de Portugal que cesse a guerra colonial em África e retire as suas tropas de ocupação e entre em negociações com as forças patrióticas respectivas sem tardar, forças essas que na nossa terra são representadas pelo nosso partido³⁷.

Vimos aqui os efeitos das resoluções das Conferências dos Povos Africanos, a pressão que faziam a ONU.

E isso fechou o circo para Portugal e reforça nossa hipótese de que o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal beneficiou mais Portugal do que a Guiné, pois, como já citados acima, Silva e Santos (2014) Cabral já havia conquistado todo o prestígio internacional (dentro e fora da África) neste ano Portugal já estava entre “espada e a parede” e mesmo dentro Portugal intensificava cada vez mais as pressões populares para que o país abandonasse as guerras colônias e o ápice destas reivindicações foi o 25 de abril 1974 com a revolução dos cravos, como afirmava alguns movimentos, o fim das guerras coloniais era também a libertação de Portugal como defendia a FNLP (Frente Nacional para Libertação de Portugal).

Cabral também negrita na sua fala a contribuição muito importante de umas das principais personalidades pan-africanas de Guiné-Conakry, Jeanne-Martin Cissé, que parece ser esquecida pela história. Cissé foi a primeira mulher, negra e africana a presidir o Conselho de Segurança da ONU, atuação que a permitiu tomar decisões importantes para a descolonização da África. Jeanne faleceu em Conakry no dia 21 de fevereiro de 2017 aos 91 anos.

Cabral agradece vários apoios que o partido recebeu e prometido a receber, quer de países, quer de organismos internacionais, como: as Nações Unidas, a Comissão Econômica para África, UNESCO, a UNICEF, a Organização Mundial da Saúde, o Alto Comissariado para Refugiados e a Organização Social do Trabalho; apoios estes conseguidos através do suporte das organizações a nível continental dos anos anteriores que discutimos anteriormente. Estes

³⁷ (Cabral, 1973).

apoios, segundo ele, incomodam bastante os colonialistas portugueses e “razões bastantes para estarem desesperados” e “assanhados mais do que nunca”.

Cabral não mede adjetivos malignos para caracterizar os colonialistas portugueses, desde fascista, gente sem escrúpulos, criminosos, e gentes que “só compreendem uma linguagem: a da força. Só medem uma realidade: o número de cadáveres”. Não faziam parte das aspirações do que é ser homem naquele ano, como mencionamos anteriormente.

Para concluir, Cabral arremata com o trecho mais famoso do seu discurso que apresentamos no epígrafe como resumo do pensamento revolucionário pan-africano, falando “o que quer o homem africano” em resposta a Marcelo Caetano (sucessor de Salazar a frente do regime fascista e colonialista de Portugal), na qual ele fala da expressão política e social de um povo e Cabral acrescenta de forma magnífica o seguinte,

que o que quer o homem africano é ter, e nós citamos, “a sua própria expressão política e social”. É isso, exatamente, o que quer o homem africano de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas nós chamamos a isso independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso que tem direito, como todos os povos do mundo (CABRAL, 1973).

E ainda reforça que a independência da Guiné e Cabo Verde era inevitável e estavam determinados a conquistá-la não importando o tempo que dure e isso está sendo organizado em parceria com vários outros povos no mundo que lutam pela liberdade, incluindo o povo de Portugal que também já esteve nesta situação e que “em três guerras de libertação contra Castela ou Espanha lutou para conquistar a sua própria expressão política e social, a sua independência, e venceu”, assim, a determinação que têm de vencer irá aniquilar toda a força dos colonialistas portugueses, porque, “nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra, demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo africano de Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso verdadeiro a que tem direito” (CABRAL, 1973).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado ao longo deste trabalho, o pan-africanismo continental foi e é um importante movimento político-ideológico que contribui de forma excepcional para independências africanas, promovendo a unidade e a solidariedade entre os povos africanos,

dando suporte político-diplomático, estimulando uma cadeia continental de revoluções através das massas e camponeses e o espírito anti-colonizador, e acima de tudo de irmandade e hombridade entre os africanos.

A figura de Kwame N'krumah como expoente político ideológico desta fase do movimento pan-africano foi de extrema importância como mesmo reconhece Cabral. É quase impossível falar da descolonização da África sem mencionar o importante papel de N'krumah neste processo. O mesmo afirmou no dia da proclamação da independência do Gana em 1957, perante todos os convidados e visitantes estrangeiros que “a independência do Gana não tem sentido se não estiver associada a libertação total da África”³⁸ e trabalhou incansavelmente para concretização deste feito.

Imbuído deste espírito revolucionário e de unidade africana, Cabral travou uma Luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo Verde, com o projeto binacional de Estados africanos, a construção de um homem africano novo, através do que ele chama de “reafricanização das mentes”. É recorrente ele falar em “revolução africana”, “marcha vitoriosa da revolução africana” que ninguém irá parar a “marcha da história”. Este espírito pan-africano revolucionário de Cabral fez dele um dos líderes teórico-político mais admirado da África.

Quanto mais lemos ou ouvimos Cabral, mais nos surpreendemos com a sua capacidade técnica e estratégica e seu alto grau de intelectualidade que faz dele um homem a frente do seu tempo. Não é a todo momento que encontramos pessoas que organizam um movimento do zero que consegue independência para dois ou mais países. Sem querer endeusá-lo, mas, Amílcar Lopes Cabral foi fenomenal e que “a marcha da História” (como ele mesmo dizia) não pare e que possamos ter novos Amílcar's e Kwame's.

REFERÊNCIAS

(1960-1960), "Resolução da II Conferência dos Povos Africanos sobre as colónias portuguesas", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39905. Acessado em 24 de ago. 2019.

(1961), "Discurso proferido por Amílcar Cabral na Conferência de Accra", Accra, CasaComum.org, Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39904. Acessado em 23 de ago. 2019.

³⁸ (M'BOKOLO; 2011, p. 631)

(1961-1961), "Discurso proferido por Amílcar Cabral na III Conferência dos Povos Africanos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39903. Acessado em: 23 de ago. 2019

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 124-125.

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração regional. **História geral da África, VIII: África desde, 1935**. Brasília: UNESCO 2010 p. 873-896.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **África**, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.

BENOT, Yves. Ideologias e “intelligentsia”. In: **Ideologias das independências africanas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 89.

CABRAL, Amílcar. **Discurso de ano novo. 1973**. (31m15s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqt9dk&t=2s> Acessado em: 26 de ago. de 2019.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914 -1935). In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 401-483 (História geral da África, VII).

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012. p. 6

GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, ano 1, n. 1, p. 121 -145, 2016. p. 126.

HARRIS, Joseph E. & ZEGHIDOUR, Slimane. O pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935. In: **História Geral Da África, VIII: África Desde 1935**. Brasília: UNESCO 2010. p. 848-872. p. 863.

KI-ZERBO, Joseph et all. Construção da nação e evolução dos valores políticos. **História Geral Da África, VIII: África Desde 1935**. Brasília: UNESCO 2010, p.565-602. p. 586.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, t. II. p. 576.

PAIM, Márcio Luís. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. **Revista TEL, Irati**, v. 7, n.1, p. 207-229, jan. /jun. 2016.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). **História**, v. 15, p. 27-39, 1996.

SANTOS, Mário Beja & SILVA, Francisco Henriques. Do início da luta armada à independência. In: **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. Porto: Fronteira do Caos, 2014, p. 131.

SCHERER, Mathias Inácio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair de (Org.). **O pensamento africano no século XX**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 146.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50 (História geral da África, VII). p. 21.